

Cardoso propõe instituição de nove comissões

A exceção dos seis membros da Mesa do Congresso Constituinte, todos os demais 553 constituintes irão participar do trabalho de elaboração do novo texto constitucional, nas nove comissões a serem instituídas. Os constituintes poderão tomar parte nos debates em todas as comissões, mas só terão direito a voto na que forem indicados pela liderança de seu partido.

O relator do anteprojeto de regimento interno, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), já tem praticamente definido o texto regimental. Aguarda, entretanto, definir a posição a ser adotada em relação à questão da soberania e da utilização do rádio e televisão para a divulgação da Constituinte. Ontem, Fernando Henrique recebeu, em companhia dos deputados Luiz Henrique (SC) — líder do PMDB na Câmara —, e Antônio Britto (PMDB-RS), a diretoria da ABERT — Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, para nova rodada de negociações, sem que se chegasse a nenhuma conclusão. No que concerne à soberania, o senador paulista, afirma, categórico, aguardar uma definição das negociações que estão sendo mantidas entre o líder da Maioria na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e um grupo de deputados peemedebistas que lideram o movimento rebelde.

Hoje, às 11 horas, o senador peemedebista reúne em seu gabinete, as lideranças partidárias no Congresso, para apresentar o esboço do regimento. O projeto será entregue no plenário, na quinta-feira. Ao todo foram apresentadas 949 emendas ao texto original, das quais 76 tratam exclusivamente da utilização do rádio e televisão. Em meio a tantas propostas sobre a utilização da mídia eletrônica, o relator confessa estar enfrentando problemas para encontrar a fórmula mais conveniente de aproveitamento do rádio e TV. Indagado se a ABERT estaria fazendo pressões, Fernando Henrique respondeu: «Eles podem fazer pressão até certo ponto. Nós podemos mais». — disse, sarcasticamente.

As comissões

Preocupados com a discussão sobre a organização política do Estado, que envolverá o mandato presidencial, e o sistema de governo, o relator e seus colaboradores — que vão desde o presidente do Congresso Constituinte, deputado Ulysses Guimarães ao deputado Aloísio Chaves (PFL-PA) — optaram pela criação de duas comissões de Organização Política. Serão criadas ainda as comissões de Declaração dos Direitos e Garantias; Organização Federal; Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; Ordem Econômica; Ordem Social; Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia, e de Sistematização.

A Comissão de Sistematização, formada por 45 deputados e senadores indicados por seus líderes, além dos relatores e presidentes das demais comissões, competirá elaborar as disposições transitórias, redigir o anteprojeto, dar parecer às emendas de plenário e escrever a redação final.



17 FEV 1987

ANC 88
Pasta 15 a 19
fev/87
031

As outras oito comissões, que funcionarão durante trinta dias, serão compostas de 63 deputados cada. Elas deverão se subdividir em duas ou três subcomissões, onde os temas constitucionais serão debatidos. E nas comissões receberão ainda as propostas apresentadas por grupos de três entidades que congreguem pelo menos 30 mil pessoas e debatê-las. Caso um constituinte decida apadrinhar a proposição ela terá tramitação normal.

Fernando Henrique informou que do regimento interno não irá constar a obrigatoriedade de submeter a Constituição à referendo popular antes de promulgá-la.

Ulysses convocará sessão aos domingos

J. Franca

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC), anunciou ontem que a bancada do seu partido defende a data de sete de setembro, quando se comemora a Independência do Brasil, para a promulgação da nova Constituição. Ainda ontem, o presidente da Assembleia Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães convocou sessões extraordinárias para sábado e domingo a fim de agilizar as discussões sobre a proposta de Regimento Interno permitindo que a matéria seja votada no próximo dia 24.



O líder Luiz Henrique

Segundo Luiz Henrique, o objetivo do PMDB é o de promulgar a Constituição no dia sete de setembro e este é um dos motivos que levou Ulysses Guimarães a convocar a Constituinte para reunir-se extraordinariamente no fim de semana. O líder antecipou também que os constituintes não deverão ter recesso em julho como é tradicional no Legislativo brasileiro para acelerar os trabalhos de elaboração da nova Carta, que, então, seriam concluídos em seis meses.

Regimento
Ulysses Guimarães informou que, se preciso, as sessões de sábado e domingo serão realizadas pela manhã, à tarde e à noite, «porque é necessário vencer essa etapa, isto é; nós temos um instrumento de trabalho e esse instrumento se chama Regimento da Constituinte», explicou. Ele assinalou também que com regimento, «vamos instalar as oito ou nove comissões. Delas é que nascerá a futura Constituição».

Já o deputado Luiz Henrique revelou que a tendência dentro do PMDB é a de que o Regimento Interno fixe o funcionamento de Câmara, Senado e Congresso Nacional somente em caráter extraordinário, durante os trabalhos da Constituinte. Assim mesmo, o Legislativo somente seria convocado para o exame de matérias de emergência ou de alto interesse nacional. Quanto à questão do entulho autoritário, o líder observou que o assunto deverá ser precedido de um entendimento entre as lideranças.